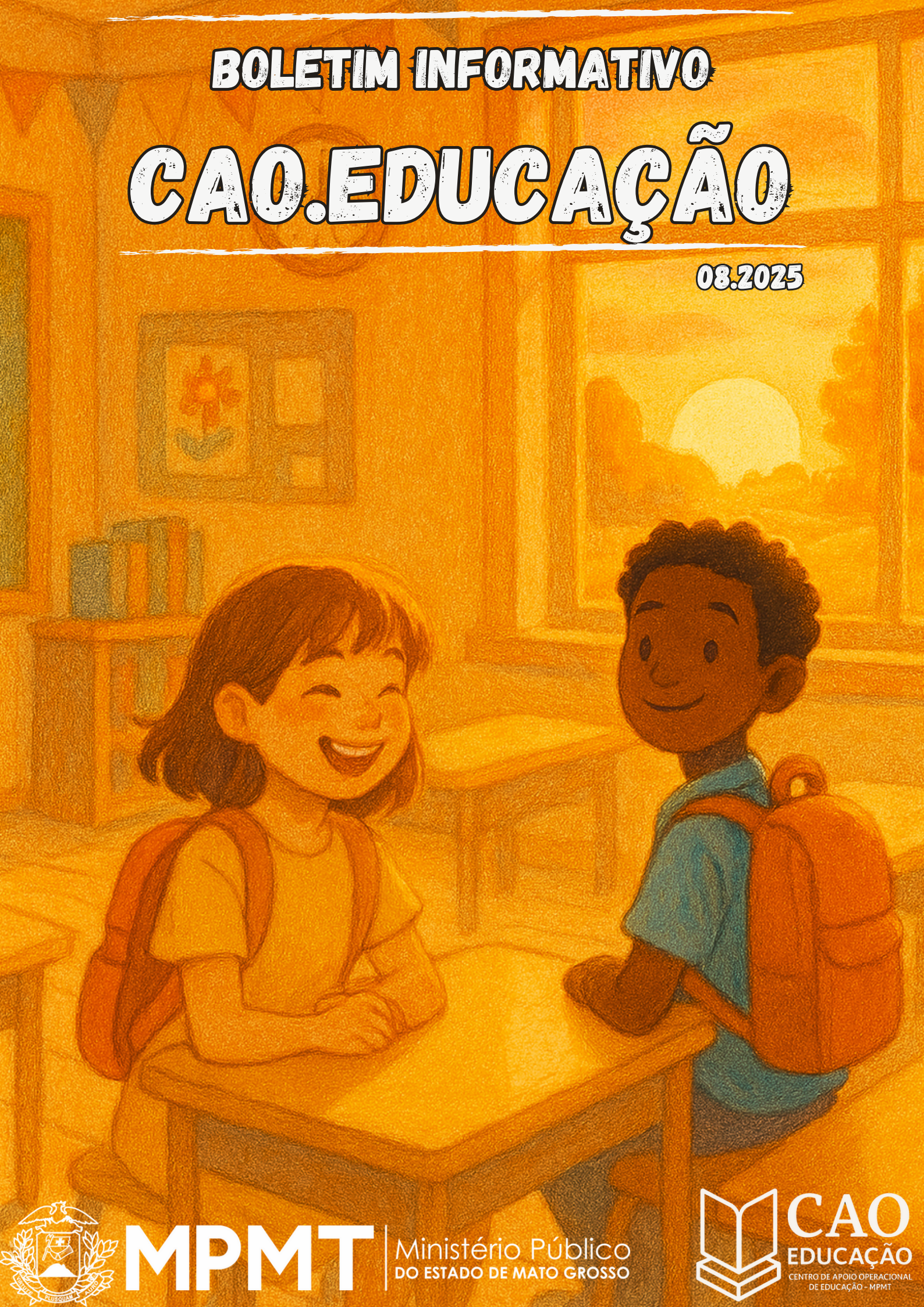


BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

08.2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



CAO
EDUCAÇÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

04 AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

05 NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

08 NOTÍCIAS DO MPF

09 NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Caroline de Assis e Silva Holmes Lins – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Fiscalização do MP revela precariedade no saneamento em escolas de MT

Uma realidade alarmante foi constatada nas fiscalizações realizadas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT): a ausência de saneamento básico e de água potável em unidades escolares do estado. Ao todo, 43 escolas de 20 municípios foram vistoriadas como parte da ação nacional "Sede de Aprender", coordenada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



MPMT lança cartilha com desenhos de alunos sobre violência doméstica

Mais de 40 desenhos feitos por estudantes da rede pública de ensino de Sorriso (a 420 km de Cuiabá), do 5º ao 8º ano, integram a cartilha "Sorriso contra a violência doméstica". A publicação é uma iniciativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), por meio da 1ª Promotoria de Justiça Criminal do município, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.



MPMT faz palestra em escola na comunidade quilombola de Mata Cavalo

O procurador de Justiça José Antônio Borges Pereira, titular da Procuradoria Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico, conduziu a palestra de abertura do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), realizada no dia 22/07, na Escola Estadual Quilombola Tereza Conceição Arruda, em Nossa Senhora do Livramento. O convite partiu do presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 23ª Região, Ulisses de Miranda Taveira, responsável pelo programa.



NOTÍCIAS DOS MP_s ESTADUAIS

[MPPB publica orientação sobre nova lei de crimes em escolas](#)

O Ministério Público da Paraíba (MPPB), por meio do seu Centro de Apoio Operacional em Matéria Criminal (Caocrim), publicou, nesta quarta-feira (16), a Orientação Técnica nº 06/2025. O documento tem como objetivo principal detalhar as inovações trazidas pela recém-sancionada Lei nº 15.159, de 3 de julho de 2025, que torna mais severas as punições para crimes cometidos nas dependências de instituições de ensino em todo o Brasil. Clique [AQUI](#) para ter acesso ao inteiro teor do documento.



[MPPI expede recomendação a instituições de Campo Maior para promover a proteção à saúde de adolescentes quanto ao uso de cigarro eletrônico “vape” em ambiente escolar](#)

O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio do promotor de Justiça Rafael Maia Nogueira, que responde pela 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior, expediu recomendação ao Patronato Nossa Senhora de Lourdes, à Secretaria Municipal de Educação de Campo Maior, à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Maior e ao Conselho Tutelar do município para que adotem medidas que promovam a proteção à saúde de adolescentes quanto ao uso de cigarro eletrônico “vape” em ambiente escolar.

[MPSC garante na Justiça matrícula de criança venezuelana na rede pública de ensino de Chapecó](#)

O Município de Chapecó deve matricular imediatamente uma criança venezuelana na rede pública de ensino, independentemente da apresentação de CPF. A decisão liminar, proferida no dia 25/7, acolheu pedido formulado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) em ação judicial que visa garantir o direito à educação de uma menina que está fora da escola desde maio. Agora, o Município deve viabilizar a matrícula em 15 dias úteis, sob pena de multa diária de R\$ 100.

Município de Itá deverá fornecer transporte a estudantes que frequentam cursos em cidades vizinhas

Faltando poucos dias para o início do semestre letivo, estudantes de Itá foram surpreendidos com a notícia de que ficariam sem transporte para frequentar as aulas em cidades vizinhas. O aviso partiu da associação responsável pelo serviço e pegou de surpresa mais de 100 alunos de ensino médio, técnico e superior, que dependem do deslocamento diário para seguir estudando. A suspensão foi justificada por uma dívida acumulada e pela redução no subsídio da Prefeitura - mas, para os estudantes, o que estava em jogo era o acesso à educação.



MPMG lança plataforma Panorama da Educação para auxiliar atuação de promotores de Justiça

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) lançou o Panorama da Educação MPMG, uma ferramenta para centralizar e organizar dados educacionais de múltiplas fontes oficiais. A iniciativa busca proporcionar aos promotores de Justiça acesso rápido a evidências e informações estratégicas para a defesa do direito à educação em Minas Gerais.

MPSE monitora municípios sergipanos com pendências fiscais que podem comprometer verbas para a educação

O Ministério Público de Sergipe (MPSE) está monitorando o cumprimento das obrigações legais dos municípios sergipanos relacionadas ao Valor Anual Total por Aluno (VAAT), indicador que define o acesso à complementação-VAAT da União para o financiamento da educação básica pública, no exercício de 2026. Oito municípios sergipanos, atualmente, estão com pendências fiscais e correm o risco de ter os repasses comprometidos. O prazo para regularização se encerra no dia 31 de agosto.





Em Nova Olinda do Norte, MPAM apura falha na distribuição de livros didáticos em escolas públicas

Com o objetivo de corrigir, em caráter de urgência, a ausência de material didático em escolas do município de Nova Olinda do Norte, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) encaminhou recomendações à Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (Seduc). As diligências foram determinadas pela promotora de Justiça Tainá dos Santos Madela.

MPPR Responde questões relacionadas à comentários ofensivos contra crianças e adolescentes feitos por adultos em escolas

O MP Responde traz nesta semana perguntas sobre comentários ofensivos contra crianças e adolescentes feitos por adultos em escolas e também a respeito da comercialização de álcool em festas juninas escolares. Quem atende as dúvidas é o promotor de Justiça Carlos Eduardo de Souza, do Ministério Público do Paraná, que na última semana apresentou denúncia criminal contra um inspetor de colégio de Leópolis, na comarca de Cornélio Procopio.



- [Uma funcionária da escola da minha filha costuma ridicularizar alguns alunos, em tom de “brincadeira”, inclusive na frente de outras pessoas. Isso pode caracterizar crime?](#)
- [Descobri que na festa junina da escola do meu filho houve venda de bebida alcoólica para adolescentes. Isso é crime? Posso denunciar?](#)

NOTÍCIAS DO MPF

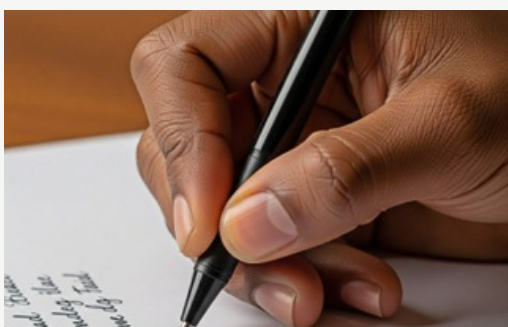


MPF recomenda elaboração de diretrizes nacionais para reposição de aulas em áreas afetadas por violência armada

O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) no Rio de Janeiro, expediu recomendação ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O órgão recomenda a elaboração, no prazo de 120 dias, de uma resolução específica que estabeleça diretrizes nacionais para a reposição de aulas perdidas em razão da violência armada e de operações policiais. A medida também exige ações de reparação para estudantes e profissionais da educação afetados por esse contexto de insegurança. [Íntegra da recomendação.](#)

MPF recomenda afastamento de diretora escolar em Santarém (PA) por racismo institucional contra indígenas

O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação à Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Santarém (PA) para que afaste imediatamente a diretora da Escola Municipal São Miguel por suposta prática de racismo institucional e atos discriminatórios contra indígenas do povo Munduruku da aldeia Pau D'arco. Também foram recomendadas a abertura de processo disciplinar e a adoção de outras medidas antirracismo.

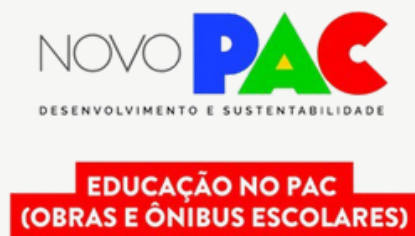


MPF defende educação diferenciada a quilombolas em Itapeva (SP)

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública para assegurar o direito à educação diferenciada e de qualidade para os moradores do Quilombo Jaó, em Itapeva (SP). A falta de ensino adaptado às necessidades culturais da comunidade traz sérios riscos aos quilombolas, como a perda de saberes tradicionais e a degeneração da identidade do grupo. São réus na ação os governos federal, estadual e municipal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

NOTÍCIAS DIVERSAS

[FNDE publica resultado da seleção de creches e ônibus escolares](#)



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), publicou no Diário Oficial da União, na última semana, o resultado da seleção de propostas para dois subeixos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) – Educação: creches e pré-escolas de educação infantil e ônibus escolares para o transporte de estudantes. As portarias [nº 702](#) e [nº 703](#) detalham os critérios e apresentam a relação dos municípios contemplados, que podem ser consultados nos anexos das normativas.

[Educação infantil ganha política pública de qualidade e equidade](#)

Para assegurar o direito à educação infantil, a partir do estímulo ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei). A [Portaria nº 501/2025](#) foi publicada nesta quarta-feira, 9 de julho, no Diário Oficial da União. O investimento na política, para implementação das ações, será de mais de R\$ 409 milhões neste ano. Em 2026 e 2027, os recursos serão de mais de R\$ 406 milhões. Leia a íntegra da [Portaria nº 501/2025](#) e conheça todos os detalhes do Conaquei.



[PDDE Equidade: aberto 2º ciclo de adesão para novas escolas](#)

Após o ciclo de adesão entre maio e junho, uma nova lista de escolas municipais e estaduais de educação e escolas da rede pública terá a chance de aderir ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Equidade. A iniciativa do Ministério da Educação (MEC) prevê investimentos de R\$ 1,3 bilhão até 2026 para melhorar a qualidade da oferta e a infraestrutura física e pedagógica das escolas da educação básica, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade. O prazo para o novo ciclo de adesão **vai até o dia 11 de agosto**.

Agentes educativas devem ser reconhecidas como professoras, diz juíza

A juíza Leila Cristina Ferreira, da 2ª Vara Judicial da Comarca de Piracanjuba (GO), determinou que três agentes educativas do município sejam consideradas professoras municipais para fins salariais e previdenciários. Elas já exerciam a função, mas sem o reconhecimento oficial do cargo. Segundo a julgadora, é “inegável que as atividades desempenhadas pelos agentes educativos se enquadram, com assertividade, ao critério definido pelo art. 3º, do Estatuto dos Servidores do Magistério Público do Município de Piracanjuba”. Clique [aqui](#) para ler a decisão. Processo 5752477-61.2023.8.09.0123



Justiça mantém condenação de escola por omissão após agressão a aluno em recreio

A Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) decidiu, por unanimidade, manter a condenação de uma fundação mantenedora de escola particular, ao pagamento de R\$ 15 mil por danos morais a um aluno agredido fisicamente durante o recreio escolar. Além disso, a instituição deverá ressarcir R\$ 250 por danos materiais, valor referente a despesas médicas com o ocorrido. Número do processo: 0001131-09.2015.8.11.0032



Ferramenta do TJMS soluciona 191 conflitos de vagas escolares sem judicialização

Com o objetivo de mediar de forma eficaz os conflitos relacionados à matrícula e à transferência de estudantes na rede pública de ensino, evitando a judicialização, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), lançou no final de maio a Plataforma de Acesso às Vagas Escolares. A plataforma está disponível no [site do Tribunal de Justiça de MS](#). O formulário é simples e intuitivo, e os pedidos são gerenciados pelo Nupemec, que realiza a intermediação das demandas com o Município.





CAO EDUCAÇÃO

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DE EDUCAÇÃO - MPMT



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br